

EDITORIAL

Na presente edição da Revista Jurídica Portucalense n.º 31, a secção dedicada aos trabalhos de “Investigação Científica” é composta por onze artigos que foram selecionados segundo as regras do processo de dupla revisão cega por pares, também conhecido como “double blind peer review”.

Além disso, apresentamos também dois artigos na secção “Jean Monnet”, cuja publicação, que também obedeceu à dupla revisão cega por pares, pretende cumprir um dos objetivos visados no Módulo Jean Monnet The European Union as a global player for Democracy and Fundamental Rights, que teve lugar de 2018 a 2022 na Universidade Portucalense Infante D. Henrique cofinanciado pela Comissão Europeia através do Programa ERASMUS+. O “Módulo Europeu Jean Monnet: A União Europeia como actor global em prol da Democracia e Direitos Fundamentais” promoveu o conhecimento sobre a União Europeia numa vertente jurídica para um público-alvo constituído por licenciados em Direito em universidades brasileiras com interesse em prosseguir estudos de pós-graduação em Portugal. A coordenação foi realizada pela Prof^a Doutora Daniela Serra Castilhos e os estudos publicados correspondem a investigação desenvolvida por docentes da equipa e discentes que participaram em diversos cursos realizados sob a égide do aludido Módulo.

Passemos, então, a apresentar sumariamente cada um dos treze artigos que compõem o presente número da Revista Jurídica.

No artigo intitulado *Foreign element in legal regulation on succession: the experience of Regulation (EU) N° 650/2012*, Alina Goncharova, Svitlana Fursa, Valentina Chuikova, Olga Danylenko e Nataliia Hlushchenkoi tratam de analisar o Regulamento (UE) n.º 650/2012 como forma de resolução de litígios causados por diferenças na regulamentação legal entre os diferentes Estados Membros no âmbito da matéria sucessória.

No segundo artigo, *A Pluralidade de Autores na Acção de Anulação de Deliberações Sociais*, António Graça Moura, apresenta um estudo sobre a legitimidade activa na acção de deliberação de deliberações sociais, analisando a legitimidade de sócios, a legitimidade do órgão de fiscalização, bem como a e o regime e efeitos do litisconsórcio.

Daniel Taborda, António Martins e Cristina Sá, sob o título *A determinação do excesso de endividamento para efeitos fiscais: como aplicar uma norma mal elaborada?*, procuram analisar as respostas da legislação fiscal ao sobre-endividamento das empresas, os problemas suscitados com a aplicação do regime da dedutibilidade dos encargos financeiros e os pressupostos que suportam a sua interpretação pela Administração Fiscal, em particular no que respeita ao cálculo do limite dos gastos financeiros líquidos.

Segue-se um artigo da autoria Edson Alvisi e Luiz Roberto Ayoub, intitulado *Associações podem falir? Por uma hermenêutica do art. 2º da Iref que fortaleça a recuperação judicial*. Neste artigo, partindo da verificação de que no direito brasileiro Associações não são formalmente sociedades empresárias, ainda que exerçam atividades empresariais e da constatação de que, tradicionalmente, a Lei n. 11.101/2005, numa interpretação literal realizada pelos juízes, proíbe a aplicação do instituto da recuperação judicial e falência às associações, os Autores pretendem analisar se seria possível aplicar o instituto da recuperação judicial e falências às associações, superando aquele entendimento jurisprudencial.

Por outro lado, Felipe Bizinoto Soares de Pádua, com o artigo intitulado *Suppressio: definição, contrastes e âmbito de incidência*, irão tratar da *suppressio*, sua definição e suas características em relação a categorias tanto estranhas quanto ligadas à boa-fé objetiva.

Por seu turno, com o artigo intitulado, *“Em teoria, a doutrina diverge”*. Um diálogo entre a noção de doutrina e a de teoria, a partir da Teoria Crítica da Raça, João Ferreira Dias coloca em diálogo duas terminologias disciplinares distintas,

doutrina e teoria, pretendendo uma aproximação interdisciplinar capaz de oferecer aportes a diferentes disciplinas, máxime ao Direito e às Ciências Socioantropológicas.

Já Manuel Barros Lopes, com o artigo *A presunção de inocência*, aborda o princípio da presunção de inocência como princípio de inspiração jusnaturalista iluminista com fundamento de sociedade assenta na dignidade da pessoa humana e na defesa da posição individual do arguido, enquanto pessoa concreta que se encontra numa especial situação de vulnerabilidade processual, perante a onipotência do Estado no domínio do *ius puniendi*.

Segue-se, ainda, o artigo de Marisa Ouro, intitulado *O teletrabalho: uma análise comparativa do regime jurídico-laboral português e espanhol*, onde é feita uma comparação entre a atual legislação portuguesa sobre o regime de teletrabalho, contida na Lei n.º 83/2021, de 6 de dezembro, que veio alterar o Código do Trabalho, e a atual legislação espanhola, contida na Ley 10/2021, de 9 de julho.

Já Oksana Khotynska-Nor e Andrii Potapenko, com o artigo *Tribunais da Ucrânia em tempo de guerra: Questões de funcionamento sustentável*, apresentam uma visão geral e análise de vários aspectos da actividade dos tribunais da Ucrânia durante a guerra lançada pela federação russa

Por sua vez, Rinaldo Guedes Rapassi e Ana Paula Guimarães, com o artigo *Breve reflexão sobre o modelo contraordenacional português*, fazem uma análise sobre o ilícito de mera ordenação social, tão discutido e discutível sobretudo no que toca à sua natureza jurídica.

A finalizar a secção Investigação Científica, Tânia Cunha e Maria João Machado, com o artigo *A qualificação da insolvência: caracterização e modalidades do incidente de qualificação*, analisam a evolução do incidente de qualificação fa insolvência, dando especial atenção às suas modalidades com

vista a aferir as diferenças entre elas no que concerne às circunstâncias em que se verificam, a sua tramitação e os efeitos.

No Módulo Jean Monet, é apresentado o artigo de Liz Corrêa de Azevedo e Dora Resende Alves, com o título *Cidadania europeia e cidadania social: um padrão de jusfundamentalidade*, que trata de analisar o desenvolvimento da noção de cidadania europeia em direção a uma cidadania social e a construção de um padrão de jusfundamentalidade em matéria de direitos sociais pelo TJUE.

A terminar, igualmente no Módulo Jean Monet, com o artigo intitulado *A atuação do Tribunal de Justiça da União Europeia em defesa dos Direitos Humanos*, Natan Oliveira de Souza e Daniela Serra Castilhos abordam, através de análise de jurisprudência, como o Tribunal de Justiça, do TJUE, se posiciona perante casos de violação dos Direitos Fundamentais dos cidadãos da União Europeia, bem como, apesar de forma secundária, tratam do contexto histórico dos Direitos Humanos até a positivação dos Direitos Fundamentais na União Europeia.

Como sempre, estamos reconhecidamente gratos à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

O Editor-Adjunto

Rui Darlindo

EDITORIAL

In the present edition of *Revista Jurídica Portucalense* no. 31, the section dedicated to "Scientific Research" is composed of eleven articles which were selected according to the rules of the double-blind peer review process.

In addition, we also present two articles in the "Jean Monnet" section, whose publication, which also obeyed the double-blind peer review, aims to fulfil one of the objectives targeted in the Jean Monnet Module The European Union as a global player for Democracy and Fundamental Rights, which took place from 2018 to 2022 at the Universidade Portucalense Infante D. Henrique co-funded by the European Commission through the ERASMUS+ Programme. The "European Jean Monnet Module: The European Union as a global actor for Democracy and Fundamental Rights" promoted knowledge about the European Union in a legal perspective for a target audience consisting of law graduates in Brazilian universities with an interest in pursuing post-graduate studies in Portugal. It was coordinated by Professor Daniela Serra Castilhos and the studies published correspond to research carried out by members of the team and students who participated in the various courses held under the aegis of the aforementioned Module.

Let us now briefly present each of the thirteen articles that make up this issue of the *Revista Jurídica*.

In the article entitled Foreign element in legal regulation on succession: the experience of Regulation (EU) N° 650/2012, Alina Goncharova, Svitlana Fursa, Valentina Chuikova, Olga Danylenko and Nataliia Hlushchenkoi deal with analyzing Regulation (EU) N°. 650/2012 as a way of resolving disputes caused by differences in legal regulation between different Member States in the field of succession matters.

In the second article, "Plurality of complainants in companies' resolutions annulment lawsuit", António Graça Moura, presents a study on the active legitimacy in companies' resolutions annulment lawsuit, analyzing the

associates' legitimacy, the supervisory entity's legitimacy, as well as the joinder's regime and effects.

Daniel Taborda, António Martins and Cristina Sá, under the title “Determining excess indebtedness for tax purposes: how to apply a poorly conceived standard?”, seek to analyse the answers of the tax legislation to companies' over-indebtedness, the problems raised with the application of the regime of deductibility of financial costs and the assumptions that support its interpretation by the Tax Administration, in particular as regards the calculation of the limit of net financial costs.

This is followed by an article by Edson Alvisi and Luiz Roberto Ayoub, entitled “Can associations bankruptcy? A defense of a systematic purposive interpretation of Brazilian law to strengthen judicial reorganization”. In this article, starting from the verification that in Brazilian law Associations are not formally business companies, even though they exercise business activities and from the verification that, traditionally, Law n.º 11.101/2005, in a literal interpretation performed by the judges, prohibits the application of the institute of judicial rehabilitation and bankruptcy to associations, the Authors intend to analyze if it would be possible to apply the institute of judicial rehabilitation and bankruptcy to associations, overcoming that jurisprudential understanding.

On the other hand, Felipe Bizinoto Soares de Pádua, with the article entitled “Suppressio: definition, contrasts and scope of incidence”, will deal with suppressio, its definition and characteristics in relation to categories both foreign and linked to the objective good faith.

In turn, with the article entitled, “In theory, doctrine diverges”. A dialogue between the notion of doctrine and theory, from the Critical Theory of Race”, João Ferreira Dias puts into dialogue two distinct disciplinary terminologies, doctrine and theory, intending an interdisciplinary approach capable of offering contributions to different disciplines, especially to Law and Socioanthropological Sciences.

Manuel Barros Lopes, in his article “The presumption of innocence”, discusses the principle of the presumption of innocence as a principle inspired by the enlightenment of jusnaturalism with a social foundation based on the dignity of the human person and the defence of the individual position of the defendant, as a specific person who is in a special situation of procedural vulnerability, in the face of the omnipotence of the State in the area of *ius puniendi*.

This is followed by the article by Marisa Ouro, entitled “Telework: a comparative analysis of the Portuguese and Spanish legal-labour regime”, in which a comparison is made between the current Portuguese legislation on the regime of teleworking, contained in Law nº. 83/2021, of 6 December, which amended the Labour Code, and the current Spanish legislation, contained in Ley 10/2021, of 9 July.

Meanwhile, Oksana Khotynska-Nor and Andrii Potapenko, with their article “Courts of Ukraine in Wartime: Issues of Sustainable Functioning”, present an overview and analysis of various aspects of the activity of Ukraine's courts during the war launched by the Russian federation.

In turn, Rinaldo Guedes Rapassi and Ana Paula Guimarães, with the article “Brief reflection on the Portuguese model of administrative offences”, make an analysis on the illicit offense of mere social order, so much discussed and debatable especially regarding its legal nature.

Concluding the Scientific Research section, Tânia Cunha and Maria João Machado, with their article “Insolvency qualification: characterization and modalities of the procedural incident of qualification”, analyze the evolution of the qualification incident *fa insolvency*, giving special attention to its modalities in order to assess the differences between them as regards the circumstances in which they occur, their processing and effects.

In the Jean Monet Module, we present the article by Liz Corrêa de

Azevedo and Dora Resende Alves, entitled “European citizenship and social citizenship: a pattern of fundamental rights”, which aims to analyse the development of the notion of European citizenship towards a social citizenship and the construction of a pattern of jusfundamentality in the field of social rights by the CJEU.

Finally, also in the Jean Monet Module, with the article entitled " The European Union Court of Justice in defense of Human Rights", Natan Oliveira de Souza and Daniela Serra Castilhos address, through an analysis of jurisprudence, how the Court of Justice, of the CJEU, positions itself in cases of violation of the Fundamental Rights of European Union citizens, as well as, although in a secondary manner, deal with the historical context of Human Rights until the positivisation of Fundamental Rights in the European Union.

As always, we are gratefully acknowledged to the Foundation for Science and Technology (FCT).

The Assistant Editor

Rui Darlindo

Edição e propriedade:

Universidade Portucalense Cooperativa de Ensino Superior, CRL

Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 541 - 4200-072 Porto

Email: upt@upt.pt